

Inauguração do novo IML

SINPOL faz protesto pela devolução da sede da Rua da Relação

O Sindicato dos Policiais Civis (SINPOL), com o apoio de sindicalistas da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), fez um protesto pela devolução da sede do sindicato na Rua da Relação nº 3, durante a inauguração (5/10) do novo IML em São Cristóvão. Cerca de 60 trabalhadores exibiram cartazes e cantaram palavras de ordem. O presidente do SINPOL, Fernando Bandeira, entregou ao governador Sérgio Cabral um documento da Nova Central reivindicando que a Rio Trilhos cumpra a autorização concedida pelo governo para realizar o comodato com o Sindicato. No terreno o SINPOL construiu um prédio orçado em R\$ 300 mil, com recursos dos associados. Após o Carnaval de 2009, o secretário de Transportes Júlio Lopes, acabou cedendo o terreno de aproximadamente 500 m² ao Centro Cultural Cordão da Bola Preta. Para

assinar o contrato de comodato com a Rio Trilhos, o Cordão – que está com a ficha suja – criou nova entidade e utilizou o CNPJ de um clube do Espírito Santo, transferindo-o para o Rio. O documento aponta uma série de irregularidades para limpar o nome do bloco carnavalesco, arquitetada pelo presidente do Clube Padrão de Vida, e alguns dirigentes do Cordão. Denúncias dessa “operação fraudulenta” foram encaminhadas também ao Ministério Público do Estado e à Delegacia de Defraudações que já começou a ouvir os envolvidos.



Governador Cabral prometeu reunião para resolver o impasse



Em frente ao IML, sindicalistas e policiais protestaram

Multa de R\$ 300,00 pelo não pagamento da Geat aos aposentados e pensionistas do SINPOL

A Juíza da 9ª Vara de Fazenda Pública, Dra. Camila Novaes Lopes, indignada com o não pagamento da Geat pelo Estado aos associados do SINPOL, enviou os autos ao Ministério Público que sugeriu ao Juízo multa de R\$ 300,00, a partir do dia 22 de setembro, conforme o despacho: “Atenda-se ao MP, intimando-se o executado para cumprimento imediato do julgado, sob pena de multa pessoal R\$300,00 em cima do secretário de Gestão e Planejamento, Sérgio Ruy, por cada dia que descumprir a decisão judicial, de acordo com o art.14, CPC”.

A ação beneficia 830 aposentados e 84 pensionistas. A relação dos associados já foi entregue à Justiça. A decisão do judiciário atinge também os

policiais da ativa que não receberam a Geat no período que estavam de licença prêmio, disponibilidade, férias ou tratamento de saúde. No entanto, visando procrastinar o pagamento da gratificação, transitado em julgado em processo iniciado há nove anos contra o Estado, a secretaria de Planejamento solicitou ao SINPOL que enviasse o nome de todos os policiais que ficaram sem receber a gratificação no período em que foi paga, entre maio de 2000 e junho de 2002, quando na verdade a administração pública é quem tem esse controle.

A Procuradoria Geral do Estado enviou petição ao Tribunal de Justiça informando que não vai mais recorrer da decisão.

Procuradoria Geral da República favorável à aposentadoria especial

A Cobrapol entrou no STF com os Mandados de Injunção 758-6/400 e 806-0/400 contra o Presidente da República e o Congresso Nacional para regulamentar o artigo 40 da Constituição Federal. Trata-se da aposentadoria especial dos servidores que exercem atividade de risco ou que são portadores de deficiência física, cujas atividades são exercidas sob condições especiais prejudiciais à sua saúde ou integridade física. O relator, Marco Aurélio Mello do Supremo Tribunal Federal, reportou-se à Procuradoria Geral da República opinando pela procedência parcial do

pedido. A PGR, no entanto, já emitiu parecer favorável. O procurador geral, Antônio Fernando Barros e Silva e o vice-procurador, Roberto Monteiro Gurgel Santos, opinaram como solução adotar o sistema do Regime Geral de Previdência Social, previsto na Lei nº 8.213/91, até que seja feita uma lei complementar.

Assim, os critérios diferenciados para a contagem e concessão de aposentadoria poderão ser feitos aos 15, 20 ou 25 anos de serviço efetivo e ininterrupto, conforme prevê o artigo 57 da referida legislação.

CONSEG: Ministério da Segurança e unificação das Polícias ganham força

A 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), foi realizada de 27 a 30 de agosto, em Brasília, com a participação de aproximadamente três mil pessoas, entre trabalhadores do setor, gestores públicos e sociedade, representando as 27 Unidades da Federação. A Conferência definiu um conjunto de ‘10 princípios’ e ‘40 diretrizes’ que servirão de base para a construção de uma política de segurança pública para o Brasil.

Recente pesquisa feita por sindicatos e confederações de todo o país revelou que mais de 96% da categoria policial aprova a criação do Ministério da Segurança Pública. A proposta foi referendada durante a 1ª Conseg, quando representantes de sindicatos de policiais civis de vários estados

manifestaram-se a favor do novo Ministério, acreditando que a nova pasta tornaria mais eficaz a gestão de recursos e das políticas públicas em defesa do cidadão e do aprimoramento das instituições policiais. Com a criação do novo ministério, entra na pauta a unificação das duas polícias, a Civil e a Militar.

O Secretário Nacional de Segurança Pública, Ricardo Balesteri, acha que o fracasso do atual modelo de enfrentamento justifica o surgimento de uma polícia mais próxima da população, uma alternativa para “mudar esse desastre estatístico”, comparando as mortes por crimes violentos no Brasil com os números registrados em países em guerra civil: 45 mil em média e indícios de altíssima violência policial sem redução da criminalidade.

Fernando Bandeira esteve presente pelo SINPOL, representando os policiais do Rio. O presidente da Cobrapol, Jânio Gandra, participou da mesa, na abertura da Conferência, representando todos os trabalhadores presentes. Além do presidente Lula, compareceram também na abertura do evento, os ministros da Justiça Tarso Genro, da Igualdade Racial, Edson Santos, da Mulher, Nilcéia Freire, entre outros. A ministra Nilcéia foi reitora da UERJ. É filha do inspetor Moacir Freire, recentemente falecido, um dos mais destacados líderes da Polícia Civil, quando presidia o Círculo Policial Brasileiro, tendo também assessorado Fernando Bandeira nos mandatos de deputado estadual (1983/91), pelo PDT.

Comissários de Polícia recebem moções na Alerj

Por iniciativa do deputado André Lazoni (PMDB/RJ) a ALERJ entregou no dia 4 de agosto, moções de congratulações e louvor a cerca de 350 comissários de polícia, pela passagem do Dia do Comissário, em dia 5 de julho. Os comissários apoiam o projeto de lei do deputado Lazoni que cria a categoria de comissário, proposta pela União dos Comissários de Polícia – Unicompol, com o apoio do SINPOL.

Em recente reunião com o SINPOL, o chefe de polícia, Dr. Alan Turnowski, disse que estudará o aproveitamento de policiais experientes no Departamento de Homicídios, para dar agilidade à investigação dos assassinatos. Na ocorrência de crime, tanto o delegado como o perito ou o investigador – que pode ser um comissário –, se deslocariam para o local, a fim de levantar todos os indícios que levassem à elucidação do caso, tendo em vista que é nas primeiras 24 horas que os resultados aparecem.



O deputado André Lazoni (C) conduziu as homenagens aos comissários

Papo de Resposta defende Polícia Cidadã

A Polícia Civil e o Afro Reggae firmaram convênio no dia 21/08 para levar o projeto “Papo de Resposta” às comunidades carentes do Rio. O Convênio foi assinado pelo governador Sérgio Cabral, pelo chefe da Polícia Civil, Allan Turnowsky e pelo coordenador do Afro Reggae, José Junior. O projeto consiste em uma série de palestras ministradas por delegados e inspetores de polícia, abordando temas relacionados à violência, às drogas e à segurança pública. O Sinpol esteve presente através do companheiro Fernando Bandeira. O projeto envolve também as secretarias de Educação e Assistência Social e Direitos Humanos.

Há dois anos o “Papo de Resposta” iniciava sua jornada como braço direito do projeto “Escola Segura da Polícia Civil”. Inúmeras reuniões e palestras foram feitas nas escolas públicas e universidades, com crianças e jovens para mostrar a realidade do crime e da polícia. O inspetor de polícia Roberto Chaves Almeida, associado ao Sinpol e um dos coordenadores do projeto, fala de meio ambiente, direitos humanos, drogas e segurança. Não é professor, mas um policial cidadão. Marco Pedra, também associado ao Sinpol, uniu-se ao projeto em 2007 e também faz palestras. Isoladamente já desenvolvia um programa social em Vigário Geral desde 1996. Pedra espera que outros policiais unam-se ao projeto como forma de diminuir a distância entre policial e comunidade.



Os integrantes do “Papo de Resposta” com o governador (C) e Bandeira (E) no palácio Guanabara

O “Papo de Resposta” conta atualmente com seis policiais civis e um ex-presidiário. A parceria com a empresa de cosméticos Natura permite o desenvolvimento do projeto em várias frentes. Norton Guimarães, 51 anos, após cumprir 11 anos de prisão no Complexo Penitenciário de Bangu, é o coordenador do “Projeto Empregabilidade do Afroreggae”. Norton afirma que a iniciativa do convênio é uma grande oportunidade para evitar que crianças cometam o mesmo erro dele, no passado. “Temos alguns objetivos. Um deles é tirar a imagem de que o policial é truculento, ignorante, arbitrário e corrupto. Roberto Chaves acha que o que fica mesmo é o “Papo de Resposta” em que cada atitude tomada influencia o presente e o futuro de muita gente”.

Os integrantes do projeto participaram da Conferência Nacional de Segurança Pública, nos dias 27 a 30 de agosto em Brasília, com um stand divulgando para todo o país o excelente trabalho que realizam no Rio.

Homenagens e festividades marcam a semana do policial civil

Em comemoração à semana do policial civil entre 28 e 5 de outubro, a Chefia de Polícia promoveu várias atividades para lembrar o Dia do Policial Civil, em 29 de setembro. Agentes e delegados participaram de torneio de futebol, campeonato de tiro, palestras sobre a saúde da mulher policial, entrega de medalhas de Honra, de Fidelidade e Devotamento. Houve também apresentação das Oficinas do Afroreggae e Natura, com noite de gafeira no dia 1º de outubro.

O delegado Rafik Louzada foi

homenageado pela instituição ao se aposentar após 43 anos de serviços prestados à sociedade.

No último dia de festividades, foram entregues as medalhas e troféus aos vencedores do campeonato de tiro e torneio de futebol.

No encerramento das comemorações, o inspetor Eduardo Henrique Mattos, o “Dudu”, morto por bandidos a bordo de um helicóptero, ano passado, também foi homenageado. Sua mãe, Glória de Moura, agradeceu o carinho e respeito da Polícia Civil.

Investigadores

Sindicato lutou por concursados Agora defende os excedentes

Das três Ações Cíveis Públicas do Ministério Público que impediam o prosseguimento do concurso de investigador de 2005, duas dificultavam o aproveitamento dos excedentes: uma impede o aumento do número de vagas de 250 para 400, conforme o governo queria. A outra proíbe a participação da Faepol na realização dos exames físicos e psicológicos dos que estão na colocação 301 em diante. O MP entendeu que o concurso só poderia ser feito pela Cesgranrio.

Foram aprovados 176 dos 199 candidatos iniciais que fizeram o curso de formação, faltando apenas a nomeação e posse no cargo de investigador de 3ª classe. Para atingir o número de vagas previstos no edital restam chamar para a Acadepol mais 74 candidatos que estão fazendo os exames médicos, físicos e psicotécnicos.

Os advogados Júlio e Murilo do escritório Matuch de Carvalho & Associados, contratado pelo SINPOL, acreditam que vão derrubar as duas liminares que faltam, para

aproveitar os excedentes, assim como conseguiram cassar a primeira liminar do MP que alegava irregularidades no concurso. O advogado Murilo Matuch explica que a Faepol apenas emitia os cheques de pagamento para a Fundação Cesgranrio, sendo a organizadora do concurso a Acadepol. Mais adiante, a Cesgranrio aplicou testes físicos e psicotécnicos para 51 candidatos. Com o término do contrato da Cesgranrio, a Acadepol contratou outra empresa para a realização desses testes para atender a modificação no edital que autorizava o aumento do número de vagas para 400.

O SINPOL sempre esteve na luta a favor dos concursados, incluindo os excedentes, tendo em vista a carência no efetivo da Polícia Civil. Várias reuniões aconteceram no Sindicato desde 2007, a exemplo do que ocorreu no concurso para inspetor e oficial de cartório de outubro de 2001, quando o SINPOL conseguiu, através de mandados de segurança, a nomeação e posse de mais de 400 policiais. E com os protestos e as passeatas organizados pelo Sindicato, o Estado foi levado a aproveitar todos os excedentes do concurso de 2001.

A posse desses 176 novos investigadores ocorreu no dia 8 de outubro, na Academia de Polícia Estadual Silvio Terra – Acadepol.



Antes da posse, os investigadores em forma na Acadepol

Curso de Delegacia Legal

Acadepol chama os últimos 80 policiais para capacitação

O curso de Delegacia Legal foi implantado em 1999 com a inauguração da primeira delegacia informatizada no Centro – a 5ª DP.

Mais de 9 mil policiais já concluíram o curso com o objetivo de agilizar o registro policial, realizando on-line todos os procedimentos de polícia judiciária, acabando com a pilha de papéis na mesa do agente ou delegado. Através de uma central, o programa disponibiliza dados em todas as delegacias informatizadas. Dos últimos 80 policiais cascudos (inspetores, oficiais de cartório e comissários) convocados a fazer o curso, somente 61 compareceram e já concluíram o curso à noite,

na Acadepol. Os outros 19 se justificaram e farão a matrícula em breve.



Mais de 9 mil policiais já fizeram o curso de Delegacia Legal

SINPOL lembra reescalonamento ao chefe de polícia

O novo chefe de polícia, Alan Turnowski, recebeu o SINPOL no dia 15 de maio, na Chefia de Polícia Civil. Ouvindo dos policiais queixas e reivindicações da categoria. Compareceram à reunião, além do presidente Bandeira, os comissários Renato e Chambarella, investigador Cottas, e os inspetores Chao, Denílson, Alexandre, Marta, Gadelha e Leon.

Para Bandeira o encontro foi positivo, destacando o espírito jovem do Dr. Alan, cujo perfil operacional dará mais dinâmica

ao desempenho de suas novas atribuições. As reivindicações da categoria, já conhecidas dos ex-chefes Gilberto Ribeiro e Álvaro Lins, foram apresentadas ao Dr. Alan. O presidente do Sinpol abordou a questão salarial, lembrando que o reescalonamento pretendido pela categoria passou por todos os trâmites no Estado e encontra-se na Casa Civil, aguardando aprovação do governador.

Discutiu-se também a questão do pouco efetivo, a nomeação e posse dos 250 investiga-

dores aprovados no concurso de dezembro de 2005, e o sucateamento de várias delegacias do interior, Baixada e até da capital com problemas de infiltração, eletricidade e ventilação. O representante do SINPOL na Baixada, investigador Cottas, disse que há delegacias sem nenhuma estrutura em que os policiais têm que se cotizar para instalar ar condicionado, levar para o trabalho o computador pessoal ou tomar quaisquer providências que visem minimizar a falta de material.



O Dr. Alan ouviu as queixas dos policiais

Passeata irreverente

Servidores protestaram no palácio por melhores salários

Servidores do Estado liderados pelo MUSPE (Movimento Unificado do Servidor Público Estadual) fizeram passeata do Largo do Machado ao Palácio Guanabara no dia 13 de agosto, em protesto contra os baixos salários. Cerca de duas mil pessoas com máscaras de proteção contra a gripe suína,

faixas e cartazes de várias categorias do funcionalismo público, participaram da caminhada, feita com muita irreverência, pois até um porco de verdade foi levado ao evento. Apesar do grande número de manifestantes, sequer uma comissão foi recebida no Palácio, já que o governador Sérgio Cabral não se encontrava, e o vice, Luiz Fernando Pezão, vistoriava obras do PAC. Servidores da Educação, Saúde e da Segurança, entre outras categorias, reagiram com indignação por não serem recebidos por representantes do governo, e ameaçaram ir à greve para ter seus pleitos atendidos.

Pelo SINPOL estiveram presentes Fernando Bandeira (presidente) e Natalício Ferreira (vice), além de outros companheiros associados.

A irreverência marcou o protesto dos servidores



Convênios e Descontos

O SINPOL fez convênios com escolas, universidades e óticas, oferecendo descontos aos associados e dependentes. Comparecer ao Sinpol – Rua da Glória, 24 – para pegar encaminhamento.

Academia do Concurso Público: Descontos de 20% nos cursos preparatórios para concursos. Informações adicionais no Tel: 2224-9571.

Na ACM, 50% de desconto: Esse é o desconto nas mensalidades para: natação, hidroginástica, voleibol, ginástica localizada, entre outras atividades.

Faculdade e Colégio Simonsen: Desconto entre 50% e 70% nas mensalidades de vários cursos de 3º Grau.

Oftalmologista: Trinta por cento de desconto em consultas com oftalmologista. Os exames são realizados no Centro do Rio e em Niterói.

Cancelamentos Unimed e Mongeral: Por não atender corretamente o que ficou estabelecido entre o SINPOL e as duas entidades, a diretoria do Sindicato comunica aos associados que não mantém mais convênio com a operadora do plano de saúde Unimed e nem com o seguro Mongeral. Quaisquer irregularidades identificadas pelos associados devem ser comunicadas à secretaria do SINPOL.

O Sindicato está examinando propostas de planos de saúde e de seguro para submeter aos associados. Em caso de aprovação, os contratos serão assinados.

Aposentadorias suspensas desde 2006

Dois mil policiais querem se aposentar

O Estado não acatou as decisões do Supremo Tribunal Federal e Tribunal de Contas da União que decidiram em março de 2009 que a Lei Complementar 51/85 que trata da aposentadoria especial do funcionário policial aos 30 anos de serviço, com no mínimo 20 na Polícia, está valendo. Algumas autoridades do Estado entenderam que a publicação das Emendas Constitucionais 41/2003 e 47/2005 – que tratam da Reforma da Previdência – regulamentando as aposentadorias no serviço público e no judiciário, anulavam a lei. Com base nessas duas emendas o governo estadual suspendeu temporariamente as aposentadorias dos policiais civis. A decisão foi publicada no Boletim Informativo da Polícia Civil em 19 de setembro de 2006. Mais de 2 mil policiais com tempo e idade para deixar o serviço ativo estão nessa situação.

Com 32 anos de polícia e muitas prisões realizadas em sua ficha funcional, o inspetor Neil Waldeck está

com dificuldades para se aposentar. Por duas vezes deu entrada na aposentadoria no Serviço de Inativos e Pensionistas (SIPEN), recebendo como resposta que tem que esperar mais um pouco.

– Há três anos que estou esperando. Que suspensão temporária é esta que demora tanto? Meu tempo de contribuição acabou e o Estado continua me tirando R\$ 400 por mês para aposentadoria, questionou.

O chefe do setor, Cláudio José dos Santos Barros, informou que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) ficou de analisar os processos, porém até hoje não deu nenhuma resposta ao SIPEN. Já o Tribunal de Contas do Estado (TCE) tem uma posição favorável após a publicação do parecer do TCU. Segundo Cláudio José a maioria dos conselheiros mostrou-se favorável à concessão da aposentadoria aos 30 anos de serviço, aguardando que o TCE registre os processos e dê um parecer oficial.



Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro
Tel.: 2224-9571

IMPRESSO